

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

**Informações Trimestrais - ITR
Em 30 de setembro de 2014**

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

**Informações Trimestrais - ITR
Em 30 de setembro de 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
CEB Distribuição S.A.
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da CEB Distribuição S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014, as demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Conforme Nota Explicativa nº 15, a Companhia, possui registrado na Rubrica “Fornecedores” o montante de R\$ 390.100 mil, dos quais R\$ 20.049 mil, oriundos de fornecimento de materiais e serviços, encontram-se em fase de conciliação pela Administração e, até a conclusão de nossa revisão, não havia sido finalizada. Como consequência, em função do atual estágio em que se encontra essa conciliação, encontramos-nos impossibilitados de concluir sobre a adequação do saldo de fornecedores, bem como avaliar os possíveis impactos no resultado e seus efeitos tributários, decorrentes deste tema, em 30 de setembro de 2014.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos das limitações de escopo descritas no parágrafo “Base para conclusão com ressalva” não temos conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Ênfases

A Companhia, efetua a cobrança na fatura de consumo de energia elétrica da Contribuição de Iluminação Pública (CIP), no entanto, embora devidamente provisionada, não vem repassando os valores representativos dessa contribuição de iluminação pública em sua totalidade, para o Governo do Distrito Federal. Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta um histórico de deficiência de capital de giro e de negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1.5. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa revisão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 6.d, os faturamentos correspondentes ao fornecimento de energia elétrica a certas entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, não foram liquidados financeiramente e estão registrados na Rubrica “Contas a receber”, cujo saldo, em 30 de setembro de 2014, totaliza R\$ 124.233 mil. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária à constituição de provisão para perdas. Em 01 de agosto de 2014, a Administração recebeu ofício conjunto do Governo do Distrito Federal (GDF), solicitando a instrução de Processo Administrativo demonstrando os valores a receber junto ao Governo, para que possam efetuar a análise do pleito de reconhecimento dos débitos, e posterior negociação. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão em andamento, bem como esses mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados. Nossa revisão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº 24, a Companhia, possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$ 105.621 mil, referente aos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. No exercício de 2013, a Administração da Companhia desenvolveu estudo jurídico interno que concluiu sobre a prescrição de tais valores, no entanto, o parecer jurídico orientou consulta prévia ao órgão regulador (ANEEL) antes que fosse procedida a baixa contábil. A Administração formalizou a consulta prévia ao órgão regulador que, até a conclusão de nossa revisão, não havia se manifestado sobre o assunto. Como consequência, não é possível assegurar se tais passivos serão exigidos pelos valores apresentados nas demonstrações contábeis em 30 de setembro de 2014. Nossa revisão não possui modificação relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

000Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos descritos no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013 e 30 de setembro de 2013, utilizadas para fins de comparação foram auditadas/revisadas por outros auditores independentes, contendo ressalva quanto à ausência de conciliação dos fornecedores e ênfases quanto aos seguintes assuntos: i) créditos junto ao Governo do Distrito Federal, vencidos há longa data, ii) Não repasse da Contribuição da Iluminação Pública ao Governo do Distrito Federal; iii) pelo histórico de deficiência no capital de giro da e pela reapresentação dos valores conforme CPC 33.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	30/09/2014	31/12/2013		Nota	30/09/2014	31/12/2013
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.456	22.067	Fornecedores	15	388.962	346.908
Contas a receber	6	341.145	300.660	Tributos e Contribuições Sociais	17	163.809	109.745
Créditos com empregados		5.227	1.394	Contribuição de iluminação pública	18	220.491	121.144
Tributos e Contribuições Sociais compensáveis	8	25.547	20.885	Empréstimos e financiamentos	16	54.220	119.207
Estoques	9	21.265	31.857	Benefícios a empregados	23	64.309	66.073
Outros créditos	7	63.247	31.815	Consumidores		10.455	10.108
				Provisões e encargos sobre folha de pagamento	19	33.064	30.233
		464.887	408.678	Encargos do consumidor a recolher		2.726	1.492
				Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	32.979	24.595
				Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios	21	5.193	4.756
Não circulante				Obrigações Societárias		-	4.371
				Outras obrigações	22	12.214	11.634
						988.422	850.266
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Contas a receber	6	49.376	54.097	Fornecedores	15	1.138	4.551
Tributos e contribuições sociais compensáveis	8	17.207	22.199	Tributos e Contribuições Sociais	17	48.342	48.342
Ativo financeiro de concessões	11	797.813	729.119	Empréstimos e financiamentos	16	201.991	142.141
Cauções e depósitos vinculados	10	900	2.602	Benefícios a empregados	23	308.218	286.670
Bens e direitos destinados a venda		-	-	Superávit de baixa renda	24	105.621	97.883
Outros créditos	7	609	602	Provisões e encargos sobre folha de pagamento	19	-	2.420
		865.905	808.619	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios	21	63.361	58.759
Propriedades para investimento	12	276.114	276.114	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	32.755	30.025
				Recurso destinado Aumento de Capital		-	-
Imobilizado	13	83.278	98.350	Outras obrigações	22	4.430	6.270
						765.856	677.061
Intangível	14	94.022	156.503	Patrimônio líquido	25		
				Capital social realizado		580.532	580.532
		1.319.319	1.339.586	Prejuízos acumulados		(550.604)	(359.595)
						29.928	220.937
Total do ativo		1.784.206	1.748.264	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.784.206	1.748.264

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de 3 e 9 meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Notas	Período de 3 meses		Período de 9 meses	
		01/07/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2014 a 30/09/2014	01/01/2013 a 30/09/2013
Receita líquida	27.a	455.072	416.851	1.285.088	1.217.583
Custo do serviço de energia elétrica	27.b	(424.913)	(243.801)	(1.266.036)	(981.777)
Custo com energia elétrica		(355.104)	(159.094)	(1.037.113)	(718.143)
Custo de operação		(69.809)	(84.707)	(228.923)	(263.634)
Custo dos serviços prestados a terceiros		(436)	(2.891)	(1.802)	(3.829)
Lucro bruto		29.723	170.159	17.250	231.977
Despesas operacionais	27.c	(30.443)	(69.227)	(140.865)	(201.127)
Despesas com vendas		(20.356)	(18.945)	(63.607)	(86.057)
Despesas gerais e administrativas		(27.704)	(36.048)	(97.541)	(102.513)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		17.617	(14.234)	20.283	(12.557)
Resultado do serviço		(720)	100.932	(123.615)	30.850
Resultado financeiro	27.d	(12.574)	(8.860)	(31.769)	(21.163)
Receitas financeiras		8.081	5.204	22.714	18.043
Despesas financeiras		(20.655)	(14.064)	(54.483)	(39.206)
Lucro líquido/(prejuízo) antes da CSLL e do IRPJ		(13.294)	92.072	(155.384)	9.687
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	17	-	(14.895)	-	(14.948)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	17	-	-	-	-
Lucro líquido/(prejuízo) do período		(13.294)	77.177	(155.384)	(5.261)
Lucro/(prejuízo) por ações básico		(0,023)	0,133	(0,268)	(0,009)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de 3 e 9 meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Período de 3 meses		Período de 9 meses	
	01/07/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/07/2013	01/01/2014 a 30/09/2014	01/01/2013 a 30/09/2013
Resultado líquido do período	(13.294)	77.177	(155.384)	(5.261)
(+/-) Outros resultados abrangentes	(12.102)	5.307	(35.625)	50.719
Resultado abrangente do período	(25.396)	<u>82.484</u>	<u>(191.009)</u>	<u>45.458</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de 3 e 9 meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital social realizado	Lucros/ prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2013	580.532	(221.450)	359.082
Prejuízo do exercício	-	(5.261)	(5.261)
Ganho/(perda) atuarial dos planos de benefícios definidos	-	50.719	50.719
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>580.532</u>	<u>(175.992)</u>	<u>404.540</u>
	Capital social realizado	Lucros/ prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	580.532	(359.595)	220.937
Prejuízo do período	-	(155.384)	(155.384)
Ganho/(perda) atuarial dos planos de benefícios definidos	-	(35.625)	(35.625)
Saldos em 30 de setembro de 2014	<u>580.532</u>	<u>(550.604)</u>	<u>29.928</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto Exercícios findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	30/09/2014	31/12/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de consumidores	1.634.362	1.611.620
Rendimento de aplicações	116	290
Ressarcimento Custo de Energia -Recursos da CDE	34.666	160.003
Juros pagos	(16.979)	(20.199)
Fornecedores - Materiais e serviços	(135.822)	(166.972)
Fornecedores - Energia elétrica	(950.078)	(886.680)
Salários e encargos sociais	(197.031)	(186.678)
Impostos e contribuições	(270.538)	(313.173)
Contribuição de Iluminação Pública (CIP)	(34.000)	(64.700)
Encargos do consumidor	(22.488)	(23.771)
Outros encargos operacionais	(14.216)	(8.407)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	27.991	101.333
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Alienação de Imóvel	-	-
Aquisição de ativos financeiros da concessão, intangíveis e imobilizados	(33.738)	(68.996)
Receita de leilão	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(33.738)	(68.996)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos obtidos	174.443	56.721
Serviço da dívida - principal	(181.385)	(117.031)
Custos de transação	(920)	-
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(7.862)	(60.310)
Aumento/diminuição do saldo líquido de caixa e equivalentes de caixa	(13.609)	(27.973)
Saldo de caixa no início do período	22.067	48.925
Saldo de caixa no final do período	8.458	20.952

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de 9 meses findo em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas	1.743.660	1.642.355
Vendas e serviços	1.659.331	1.505.092
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(17.711)	(11.662)
Receita de construção - concessão	102.100	148.922
Ganhos e Perdas de Capital no Imobilizado	-	-
Outros resultados operacionais	(60)	3
(-) Insumos adquiridos de terceiros	1.228.056	1.009.793
Custo de energia elétrica	1.037.113	718.143
Custo de construção - Concessão	102.100	148.922
Material	3.609	3.592
Serviço de terceiros	84.069	83.054
Provisões/reversões (exceto PDD)	10.635	15.254
Outros	(9.470)	40.828
(=) Valor adicionado bruto	515.604	632.562
(-) Retenções (depreciação e amortização)	34.372	31.299
(=) Valor adicionado líquido	481.232	601.263
(+) Valor adicionado recebido em transferência	20.707	18.043
Receitas financeiras	20.707	18.043
(=) Valor adicionado total a distribuir	501.939	619.306
Distribuição do valor adicionado	501.939	619.306
Pessoal e encargos	120.510	118.732
Remunerações	74.155	69.340
Encargos sociais (exceto INSS)	6.893	7.642
Entidade de previdência privada	5.841	5.262
Benefícios	9.250	12.949
Convênio assistencial	23.037	23.539
Participação nos resultados	1.334	-
Governo	484.337	466.629
Impostos e contribuições	449.481	437.732
Federal	168.925	172.337
Estadual e Municipal	280.556	265.395
Obrigações intrassetoriais	34.856	28.897
Financiadores	52.476	39.206
Despesas financeiras	52.476	39.206
Acionistas	(155.384)	(5.261)
Lucro líquido/(prejuízo) do período	(155.384)	(5.261)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

1. Contexto operacional e informações gerais

1.1. Objetivo social e informações gerais sobre a Companhia e a concessão

A CEB Distribuição S.A. (“Companhia” ou “CEB D”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília (CEB), controladora da Companhia. A sede social da Companhia está localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, no endereço SIA - Área de Serviços Públicos - Lote C.

A CEB D é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

1.2. Informações sobre a concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia é detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da ANEEL, com prazo de vencimento em 07 de julho de 2015.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela Companhia são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

As principais obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão, consistem em:

- i) Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, pelas tarifas homologadas pelo poder concedente, nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação;
- ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, de modo a assegurar a continuidade, a regularidade, a qualidade e a eficiência dos serviços;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- iii) Manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar pela sua integridade. A venda, cessão ou doação em garantia hipotecária dos bens imóveis ou de partes essenciais das instalações depende de prévia e expressa autorização do poder concedente;
- iv) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo ao poder concedente, aos usuários e a terceiros, pelas eventuais consequências danosas da exploração dos serviços;
- v) Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, aos encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidos pelo poder concedente;
- vi) Permitir aos encarregados da fiscalização do poder concedente, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos seus registros contábeis;
- vii) Prestar contas ao poder concedente e aos usuários, segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, da gestão dos serviços concedidos;
- viii) Manter as reservas de água e de energia elétrica necessárias ao atendimento dos serviços de utilidade pública;
- ix) Observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento;
- x) Realizar programas de treinamento, de modo a assegurar, permanentemente, a melhoria da qualidade e mais eficiência na prestação dos serviços concedidos;
- xi) Participar do planejamento setorial e da elaboração dos planos de expansão do Sistema Elétrico Nacional, implementando e fazendo cumprir, em sua área de concessão, as recomendações técnicas e administrativas deles decorrentes;
- xii) Aderir ao Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica e assegurar livre acesso aos seus sistemas de transmissão e distribuição;
- xiii) Integrar o Grupo Coordenador para Operação Interligada - GCOI, operando suas instalações de acordo com as regras vigentes, devendo a concessionária acatar e aplicar quaisquer novas resoluções, recomendações e instruções emitidas pelo GCOI;
- xiv) Respeitar, nos termos da legislação em vigor, os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, a jusante de seus aproveitamentos hidrelétricos, devendo considerar, nas regras operativas, a alocação de volume de espera nos reservatórios de suas usinas, de modo a minimizar os efeitos adversos das cheias;
- xv) Efetuar, quando determinado pelo poder concedente, consoante o planejamento para o atendimento do mercado, os suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e às interligações que forem necessárias.

Pela execução dos serviços, a Companhia tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente que é representado pela ANEEL. Os valores das tarifas são reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada quatro anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A data da última revisão tarifária foi no dia 26 de agosto de 2012. Neste processo, a ANEEL procedeu ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária.

Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da concessionária sem anuência prévia do poder concedente. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

1.3. Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE foi criada originalmente pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, visando o desenvolvimento energético dos estados.

A CDE tem como finalidade promover a universalização do serviço de energia elétrica; garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa dos consumidores Residencial Baixa Renda; prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC); prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com a publicação da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e da Medida Provisória nº 605, vigente no período de 23 de janeiro a 3 de junho de 2013, a CDE teve seu rol de destinações ampliado, quais sejam: prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica (na vigência da Medida Provisória nº 605/2013); e prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição (na vigência da Medida Provisória nº 605/2013).

Em caráter excepcional, visando atenuar os efeitos da conjuntura hidrológica desfavorável, diante das medidas empreendidas pelo Governo Federal em prol da modicidade tarifária, foi publicado o Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, que definiu o repasse de recursos da CDE para prover ainda: recursos para o risco hidrológico, exposição involuntária, ESS por segurança energética e o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA, de que trata a Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, relativo ao Encargo de Serviço do Sistema - ESS e à energia comprada para revenda (CVA Energia e CVA ESS). Esse repasse terá apuração anual, nos processos de reajuste e revisão tarifária das concessionárias de distribuição realizada no período de março de 2013 a fevereiro de 2014.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Adicionalmente, em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoelétrica através de contratos por disponibilidade além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014. O decreto define que caberá à CCEE contratar operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A CONTA-ACR foi criada por meio do Decreto nº 8.221/2014 e regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 612/2014. Ela tem por finalidade cobrir os custos adicionais das distribuidoras de energia elétrica pela exposição involuntária no mercado de curto prazo e pelo despacho termelétrico dos contratos por disponibilidade.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é a responsável pela gestão dessa conta e pela contratação das operações de crédito, além de assegurar o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Tais operações custearão as despesas de fevereiro até dezembro de 2014. Também cabe à CCEE prestar as garantias necessárias aos credores das operações de crédito, incluindo cessão fiduciária dos direitos creditórios e do saldo da Conta - ACR.

O valor mensal que será repassado a cada concessionária é homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio de Despacho da Superintendência de Regulação Econômica - SRE e considera a cobertura tarifária vigente. Até o momento, já foram publicados os Despachos referentes aos meses de fevereiro, março e maio de 2014 (Despachos nºs 1.256/2014, 1.378/2014, complementado pelo 1.443/2014 e 3.186/2014, respectivamente).

A CEB D não teve valores homologados nos meses de abril, junho, julho e agosto conforme publicado nos Despachos nº 1.696, 3.017, 3.588 e 3.968/2014.

Nestas Informações Contábeis Intermediárias, em 30 de setembro de 2014, foram reconhecidos os valores homologados pelo Despacho nº 1.443/2014, que complementou o Despacho nº 1.378/2014, e pelo Despacho nº 3.186/2014, como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada totalizando o montante de R\$ 20.913.

O recolhimento dos valores repassados pela União será realizado por meio de quotas da CDE, a partir dos processos tarifários de 2015, com atualização do IPCA.

1.4. Reajuste Tarifário Anual

O reajuste tarifário anual visa repassar à tarifa os impactos produzidos pelos custos não gerenciáveis da concessão (compra de energia, os encargos setoriais e os custos de transmissão). Vislumbra também ajustar os custos gerenciáveis da distribuidora (custos operacionais, remuneração pelos investimentos realizados e quota de depreciação) com a incidência parcial, da atualização monetária (pela dedução do fator X, que significa o compartilhamento com os consumidores dos ganhos de produtividade).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Inicialmente, de acordo com a Nota Técnica nº 267/2014-SRE/ANEEL, de 13/8/2014, o componente financeiro fora calculado em 9,70%. Não obstante, a pedido da Concessionária, houve o diferimento parcial de 9% deste, o equivalente a R\$ 136.250 (cento e trinta e seis milhões e duzentos e cinquenta mil), a preços de agosto de 2014, a ser objeto de devolução nos próximos processos tarifários, atualizado pela variação do IGP-M.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória n. 1.779, de 19 de agosto de 2014, estabeleceu o reajuste tarifário 2014 da CEB Distribuição S.A. O reajuste médio, que passou a vigorar a partir de 26 de agosto de 2014, ficou em 17,12% para o período de 12 meses, sendo 16,42% o reajuste econômico e 0,70% o relativo aos componentes financeiros.

O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 18,88%, sendo de 19,90% para os atendidos em alta tensão e de 18,38% para os atendidos em baixa tensão.

1.5. Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional

Os planos da Administração para o aprimoramento das atividades da Companhia consistem na busca da eficiência administrativa e operacional para garantir, tanto a renovação da Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica no DF, de forma sustentável, com retorno compatível aos investimentos realizados e em curso, quanto à eficiência técnica no atendimento aos consumidores do Distrito Federal.

A Administração tem desenvolvido medidas para a redução de seu custeio visando a atingir a necessária liquidez da Companhia. Estas medidas se baseiam em estudos já realizados e em processo de implantação, tais como: redução de valores na rubrica serviços de terceiros e a priorização das obras de maior impacto na prestação do serviço aos consumidores de energia elétrica do Distrito Federal.

Dentre as medidas em curso e de grande repercussão econômica e financeira ressaltam-se:

- a) Estudos de reavaliação do Plano de Saúde, objetivando a implantação de uma nova modalidade de plano assistencial lastreada em estudos técnicos;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Ações judiciais para o interruptivo de prescrição e para a cobrança referente aos valores despendidos do plano assistencial dos ex-empregados da CEB, em decorrência do cumprimento ao art. 4º, da Lei 3.010/2002, que imputa a responsabilidade financeira desse plano à CEB, na falta de indicação de fonte de custeio pelo GDF; e
- c) Estudos para alienação de imóveis inservíveis à Concessão.

Ainda nesse contexto, a administração está em processo de negociação com o Poder Executivo para reconhecer a dívida de consumo de energia elétrica dos órgãos do Governo do Distrito Federal - GDF, e quitação do montante para com a Companhia, débitos já reconhecidos nos processos de prestações de contas anuais. Esses recursos trarão significativa melhoria para a situação econômica e financeira da Companhia.

A Companhia, nos últimos exercícios realizou o maior montante de investimentos de toda a sua história, para recuperar a capacidade técnica-operativa do sistema de distribuição de energia elétrica do Distrito Federal e, também, para atender ao crescimento do mercado consumidor. Os resultados alcançados já estão sendo desfrutados pela população atendida, com o aumento considerável da capacidade e da confiabilidade no fornecimento de energia elétrica, devido às interligações das fontes de suprimento propiciadas pelas obras executadas e que entraram em operação comercial. Os consumidores ainda serão beneficiados com a conclusão das que estão em fase final de execução. O reflexo da melhoria do sistema com aumento do bem-estar dos consumidores pode ser observado na melhoria dos indicadores de frequência e de tempo das interrupções no fornecimento de energia elétrica.

O plano de investimentos contempla obras com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tendo a Caixa Econômica Federal como Agente Financeiro e o Distrito Federal como Interveniente Garantidor. O repasse de recursos é destinado ao reembolso de investimentos realizados no Sistema de Distribuição de Energia Elétrica de Brasília - D.F, com vistas à entrada de novas cargas, reforço do Sistema Elétrico da região central da cidade e atendimento às demandas da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Importa destacar a postura extremamente proativa do Acionista Majoritário, cujas ações demonstram, de forma inequívoca, o compromisso do Governo do Distrito Federal em garantir a plena recuperação e continuidade das operações da Companhia, em especial, os aportes de capital nos últimos exercícios, além da iniciativa para o reconhecimento de dívidas pendentes com a CEB D.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e preparadas para o período findo em 30 de setembro de 2014 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e que estão alinhadas às Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o (IFRS) "International financial Reporting Standards.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, exceto quanto ao descrito na Nota Explicativa nº 3 que são decorrentes de mudança de práticas contábeis.

A autorização para a emissão das informações contábeis intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 04 de novembro de 2014.

3. Adoção de novas práticas a partir de 1º de janeiro de 2014

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014 e não foram adotados antecipadamente. Na análise da Administração estes pronunciamentos não trarão impactos significativos para as demonstrações financeiras.

Alteração do IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13.

O IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b. Valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

c. Gerenciamento de risco

A Administração tem total responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração tem na sua Auditoria Interna, no Comitê Executivo - COEX e no Comitê de Planejamento - CPLAN os responsáveis pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e para analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados freqüentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e de procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

A Auditoria Interna auxilia a Administração supervisionando o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos. Revisa a adequação da estrutura em relação aos riscos enfrentados. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões de controles e procedimentos de gerenciamento de risco.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de outros instrumentos financeiros ativos (Nota Explicativa nº 6). No que se refere ao contas a receber de clientes, a Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de programas de renegociação de débitos pendentes, negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte no fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente.

Com 74,19% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a Companhia apresenta forte pulverização do risco de crédito. Para o restante, os maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 23% do consumo total.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**Em 30 de setembro de 2014****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****ii. Risco de liquidez**

A CEB D tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais e do mercado financeiro. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX - Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras da companhia foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

O fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da CEB D é apresentado como segue:

Passivos financeiros não Derivativos	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	390.100	337.657	52.443	-		
Obrigações Tributárias	212.151	118.265	45.544	48.342		
Encargos Regulatórios	184.536	13.181	32.979	32.755	105.621	
Empréstimos e Financiamentos	256.211	23.700	24.792	36.992	120.982	49.745
Obrigações Societárias	-	-				
Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.064	14.473	18.592	-	-	
Benefícios Pós Emprego	372.527	37.211	38.621	75.531	92.148	129.016
Provisões riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios	68.554	2.597	2.597	5.404	57.957	
Demais Obrigações	237.135	12.214	4.430	220.491		
Total	1.754.278	559.297	219.997	419.515	376.708	178.761

iii. Risco de taxa de juros

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos financeiros da CEB Distribuição S.A que estão sujeitos às oscilações são aqueles indexados ao CDI, TJLP e ao IGP-M. A análise de sensibilidade foi realizada considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros variáveis, constatado em setembro de 2014, seja mantido durante todo o ano.

O impacto no valor da despesa financeira líquida foi analisado em três cenários de variações dos índices citados:

- Para o cenário provável - estimou-se o CDI para o ano de 2015 em 11,83% a.a, e o IGP-M em 5,68%, de acordo com dados do Relatório Focus do Banco Central do dia 02 de Maio de 2014 (Média Curto Prazo - Top 5), disponibilizado em sua página eletrônica. No caso da TJLP atribuímos que permaneça a mesma taxa de 5% a.a, determinada para o quarto trimestre de 2014, pela resolução nº 4.370 do BACEN, de 29 de setembro de 2014, que ainda não foi alterada;
- Para o cenário possível e remoto, foi considerada uma valorização - variação positiva da taxa de juros - de 25% e 50%, respectivamente.

Passivos Financeiros	Risco	Base	Cenários Projetados - 30.09.2015		
		30.09.2014	Provável	Possível	Remoto
Cenário			11,83%	14,79%	17,75%
Empréstimos e Financiamentos	CDI	126.923	141.938	145.692	149.445
Cenário			5,0%	6,25%	7,50%
Empréstimos e Financiamentos	TJLP	100.729	105.765	107.025	108.284
Empréstimos e Financiamentos	IGP-M	28.559	30.181	30.587	30.992
Exposição Líquida		256.211	277.885	283.303	288.722

iv. Risco cambial

O risco de taxa de câmbio é a possibilidade de a companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Dentre as atividades da CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. é considerada de risco relevante apenas a exposição cambial relacionada às variações derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. A companhia mantém constante monitoramento das taxas de câmbio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com isso, em conformidade à instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado.

A base consiste nos saldos da conta - Eletrobrás (Itaipu) em 30/09/2014, no cenário provável considera-se os saldos com variação da taxa de câmbio - média do período (R\$/US\$ 2,48) - prevista nas expectativas de mercado para 2015 do relatório Focus/BACEN de 10/10/2014 (Média Curto Prazo - Top 5), disponibilizado em sua página eletrônica. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável:

Passivos Financeiros	Risco	Base	Cenários Projetados - 30.09.2015		
		Base (R\$/US\$ 2,48)	Provável (R\$/US\$ 2,48)	Possível - 25% (R\$/US\$ 3,10)	Remoto - 50% (R\$/US\$ 3,72)
	R\$/US\$	2,48	2,48	3,10	3,72
Fornecedores					
Eletrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	35.141	35.141	43.926	52.712
Efeitos da Variação do Dólar			0	8.785	17.571
Exposição Líquida		35.141	35.141	43.926	52.712

v. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é acompanhar o risco operacional de modo a evitar danos à recuperação da Companhia, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

vi. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

Descrição	Avaliação	30.09.2014		31.12.2013	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
<u>Ativos Financeiros</u>		1.196.790	1.196.790	1.105.943	1.105.943
Valor Justo por meio do Resultado		4	4	4	4
Aplicações Financeiras	Valor Justo	4	4	4	4
<u>Empréstimos e Recebíveis</u>		398.973	398.973	376.820	376.820
Caixa e Bancos	Valor Justo	8.452	8.452	22.063	22.063
Contas a Receber	Custo Amortizado	390.521	390.521	354.757	354.757
Disponível para Venda		797.813	797.813	729.119	729.119
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	797.813	797.813	729.119	729.119
<u>Passivos Financeiros</u>		820.392	820.392	781.281	781.281
<u>Outros Passivos Financeiros</u>		820.392	820.392	781.281	781.281
Fornecedores	Custo Amortizado	390.100	390.100	351.459	351.459
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado	256.211	256.211	261.348	261.348
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	0	0	4.371	4.371
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado	174.081	174.081	164.103	164.103

vii. Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“nonperformance risk”), incluindo o próprio crédito da Companhia ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração.

Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 – Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 – Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 – Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontado, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, nossos ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de setembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013:

Descrição	Nível	30.09.2014	31.12.2013
Caixa e Bancos	1	8.452	22.063
Aplicações Financeiras	1	4	4
Ativo Financeiro Indenizável	3	797.813	729.119
Total		806.269	751.186

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31.09.2014	31.12.2013
Numerário disponível	8.452	22.063
Aplicações financeiras	4	4
Total	8.456	22.067

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como característica alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, e com remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Contas a receber

d. Composição

Descrição	31.09.2014	31.12.2013
Consumidores, concessionárias e permissionárias	388.380	346.313
Serviços prestados a terceiros	9.492	13.148
Títulos de créditos a receber	21.036	21.236
Subtotal	418.908	380.697
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(28.387)	(25.940)
Total	390.521	354.757
Circulante	341.145	300.660
Não Circulante	49.376	54.097

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. Valores a receber por idade de vencimento

Descrição	Saldos vincendo	Vencidos até 90	Vencidos há mais de 90	Total
Classes de consumidor				
Residencial	38.495	34.593	11.283	84.371
Industrial	3.036	1.358	1.114	5.508
Comercio, Serviços e Outros	23.334	21.201	15.612	60.147
Rural	2.046	1.357	1.176	4.579
Poder Público	12.899	7.878	44.154	64.931
Iluminação Pública	7.327	17.895	42.520	67.742
Serviço Público	8.356	-	598	8.954
Subtotal consumidores	95.493	84.281	116.458	296.232
Serviço taxado	258	247	343	848
Concessionárias e permissionárias	140	-	448	588
Fornecimento não faturado				80.675
Parcelamentos a faturar CP e LP				8.347
ACORDO CAESB (NOTA 4e)				6.784
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE				30.703
Arrecadação a Classificar				(5.910)
Outros				641
Total	95.891	84.528	117.249	418.908
Prov. Crédito Liquidação Duvidosa				(28.387)
Contas a receber líquido	95.891	84.528	117.249	390.521

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

f.1. Composição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência. Segue um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

Descrição	31.09.2014	31.12.2013
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias	7.717	12.647
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias	792	769
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias	10.879	9.841
Rural - Vencidos há mais de 360 dias	456	504
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	29.481	21.567
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias	24.487	25.818
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias	587	1.229
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias	81	77
Governo Distrito Federal - Acionista controlador não provisionado	(46.093)	(46.512)
Total	28.387	25.940

f.2. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está assim apresentada:

	Saldo em 31.12.2013	25.940
Adições		17.358
Baixa para perda - Lei nº 9.430/96		(14.911)
Reversões		-
Saldo em 31.09.2014		28.387

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**Em 30 de setembro de 2014****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****g. Créditos com o Governo do Distrito Federal**

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal e não provisionados conforme quadro acima são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal cujo valor total monta em R\$ 124.233 em 30 de setembro de 2014 (R\$ 106.762 em 31 de dezembro de 2013) compostos por fornecimento de energia elétrica, multa, juros e atualização monetários incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005.

A Administração, com base no atual estágio de cobrança e negociação dos referidos valores, principalmente com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados.

Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília - CAESB descritos no item (e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal foram retirados do quadro a seguir.

Apresentamos a seguir a composição dos créditos com o GDF por idade de vencimentos:

Valores a receber por idade de vencimento

Descrição	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias	Total 30.09.2014	Total 31.12.2013
Governo do Distrito Federal - GDF	24.735	27.134	26.163	46.201	124.233	106.762

Os débitos vencidos há mais de 90 dias tiveram aumento significativo (R\$ 27.134 em 31/09/2014) em virtude do não pagamento do consumo de energia de iluminação pública pelo GDF.

h. Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal

Em agosto de 2011 a Companhia celebrou um acordo de parcelamento para liquidação dos débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília - CAESB relativa encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor do débito reconhecido no referido Acordo de Parcelamento corresponde à quantia de R\$ 28.237, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Apresentamos a seguir o montante em 30 de setembro de 2014:

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor original do débito	14.800
Encargos Financeiros	7.539
Valor dívida reconhecida	22.339
Encargos a transcorrer	5.898
Valor do parcelamento na data do Acordo	28.237
Amortização	(21.142)
Ajuste a Valor Presente	(311)
Valor do parcelamento em 30.06.2014	6.784
Circulante	6.784
Não Circulante	-

O Acordo celebrado com a CAESB não contemplou nenhum tipo de desconto sobre o valor original do contas a receber.

7. Outros créditos

Descrição	30.09.2014	31.12.2013
Despesas pagas Antecipadamente (a)	3.925	3.500
Fundação de Previdência - FACEB (b)	5.002	4.888
Serviços em Curso (c)	26.074	14.367
Desativações em Curso (d)	8.312	6.744
Aporte CDE - Decreto 7.945/2013 (e)	17.441	-
Pessoal Cedido	763	603
Outros	2.339	2.315
Total	63.856	32.417
Circulante	63.247	31.815
Não circulante	609	602

- (a) Os valores registrados em despesas pagas antecipadamente referem-se basicamente, a quota do Programa de Fontes Alternativas - PROINFA no montante de R\$ 3.481;
- (b) Refere-se a antecipações de valores relativos ao Plano Assistencial;
- (c) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim;
- (d) Refere-se ao valor das desativações em andamento de Unidades de Adição e Retirada - UAR, por motivos técnico-operacionais e sinistros, através do sistema de Ordem de Desativação - ODD. Seu saldo representa os valores líquidos da UAR desativada e todos os gastos incorridos com a sua remoção;
- (e) Refere-se ao Despacho ANEEL nº 2.101/2014, que homologa a diferença mensal de receita - DMR, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE às unidades consumidoras da subclasse residencial baixa renda; e à Resolução ANEEL nº 1.589/2013, que trata do valor mensal da subvenção da CDE para custear descontos tarifários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Descrição	30.09.2014	31.12.2013
ICMS	19.519	23.264
IRPJ	14.217	12.110
CSLL	6.225	4.575
PIS	-	182
COFINS	-	840
Outros	2.793	2.113
Total	42.754	43.084
Circulante	25.547	20.885
Não circulante	17.207	22.199

Os valores relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

9. Estoques

Descrição	30.09.2014	31.12.2013
Material de almoxarifado	17.389	26.568
Material destinado à alienação	2.184	2.354
Compras em curso	-	1.720
Outros materiais	1.691	1.215
Total material de custeio	21.265	31.857

10. Cauções e depósitos vinculados

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais on-line efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e cauções referentes a leilões de energia. Ainda encontram-se registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

11. Ativo financeiro de concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, para refletir a atividade principal da Companhia, e refere-se a infra-estrutura investida nas concessões que serão objeto de indenização do Poder concedente ao final da concessão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Considerando que essa alteração implicou, em média, em um alongamento da vida útil dos referidos bens, houve uma diminuição da amortização do ativo intangível e um aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 - Contratos de Concessão.

Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, a remensuração da infraestrutura resultou, em 30 de junho de 2012, na reclassificação de R\$ 24.344 da rubrica de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 - Contratos de Concessão.

Com o advento da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, a Administração entendeu que a melhor estimativa para cálculo da indenização a ser paga pelo poder concedente ao término do contrato de concessão seria utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da consequente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi determinado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR, ao final do prazo contratual da concessão.

Adotando essa nova estimativa, a Companhia recalculou o ativo do ativo financeiro conforme a Base de Remuneração Regulatória (BRR) do 3º. Ciclo de Revisão Tarifária, que ocorreu em agosto de 2012. Esse procedimento gerou um ajuste positivo no ativo financeiro e no resultado de R\$ 34.166 (R\$ 108.018 em 2012), cujos valores líquidos de efeitos tributários são de R\$ 22.250 e R\$ 71.292, respectivamente. A partir de 31 de dezembro de 2012, o ativo financeiro está sendo movimentado pelas adições, atualizações e baixas, e remensurado sempre da ocorrência de um novo ciclo tarifário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Este ativo financeiro está classificado como um ativo disponível para venda, pois a Administração entende que esta classificação é a mais adequada, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável.

Conforme estabelecido pelo pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as variações na estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício. Portanto, com o advento da Medida Provisória 579, confirmou-se que as variações no valor da indenização decorrentes da atualização monetária ou dos valores de reposição constituem-se em elemento do fluxo de caixa esperado e conseqüentemente devem ser registrados no resultado.

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a Companhia verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados.

A Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório serão reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2013, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

Para os ativos vinculados à concessão (ativos financeiros e ativos intangíveis), a Companhia avaliou o valor de recuperação desses ativos comparando-os com o valor da Base de Remuneração Regulatória - BRR definido pela ANEEL no 3º Ciclo da Revisão Tarifária Periódica (Nota Técnica SER nº 291/2012, de 16 de agosto de 2012).

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A BRR foi atualizada para 31 de dezembro de 2013, bem como foram adicionadas/deduzidas as movimentações ocorridas no período de março de 2012 a dezembro de 2013. A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2012	622.486
Adições	94.388
Baixas	(21.921)
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	34.166
Saldos em 31 de dezembro de 2013	729.119
Adições	73.093
Baixas	(4.399)
Saldos em 30 de setembro de 2014	797.813

Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

12. Propriedade para investimento

Imóveis	Localidade	Tamanho	30.09.2014	31.12.2013	Vir última avaliação	Data última avaliação
Terreno	QI 10 lotes 25 a 38/DF	10.500 m ²	897	897	20.207	mai/13
Terreno	Setor Noroeste SIA Norte PR 155/1/DF	284.160 m ²	274.400	274.400	373.349	fev/14
Terreno	Outros	1.825 m ²	817	817	4.541	fev/14
			<u>276.114</u>	<u>276.114</u>	<u>398.097</u>	

A Companhia, em 2013, transferiu os imóveis que estavam registrados na rubrica “Bens Destinados a Venda” para a Rubrica “Propriedade para Investimento” no valor de R\$ 1.713. Essa transferência atende ao Pronunciamento Técnico CPC 31, item 8, que determina que em caso de não realização da venda do bem no prazo de 1 ano, o bem deve ser reclassificado para o Imobilizado ou para o Investimento, dependendo da intenção do destino a ser dado ao bem pela administração.

O valor justo atual desses investimentos, de acordo com avaliação emitida por empresa terceirizada especializada, é de R\$ 398.097 (R\$ 301.287 em 31 de dezembro de 2012), não havendo, portanto, indicativo de redução ao valor recuperável (impairment).

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

a. Composição do Imobilizado:

A composição do imobilizado está demonstrada a seguir:

Descrição	Taxas anuais de depreciação	Custos	depreciação acumulada	Valor Líquido 30.09.2014	Valor Líquido 31.12.2013
Imobilizado em Serviço					
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2,0 a 4%	8.650	(2.743)	5.907	2.823
Máquinas e Equipamentos	3,3 a 6,7%	27.499	(19.293)	8.206	8.264
Veículos	20%	17.120	(10.272)	6.848	6.679
Móveis e Utensílios	10%	8.680	(3.210)	5.470	4.767
Total Imobilizado em Serviço		<u>61.949</u>	<u>(35.518)</u>	<u>26.431</u>	<u>22.533</u>
Imobilizado em Curso		56.847		56.847	75.817
Total do Imobilizado		<u>118.796</u>	<u>(35.518)</u>	<u>83.278</u>	<u>98.350</u>

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas. Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação do Imobilizado:

Segue a movimentação do ativo imobilizado:

Descrição	Saldo em 31.12.2013	Adições	Baixas	Saldo em 30.09.2014
Imobilizado em Serviço				
Custo				
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	5.408	3.242	-	8.650
Máquinas e Equipamentos	26.597	902	-	27.499
Veículos	15.729	1.391	-	17.120
Móveis e Utensílios	7.598	1.082	-	8.680
Total do Imobilizado em Serviço - Custo	55.332	6.617	-	61.949
(-) Depreciação				
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	(2.585)	(158)	-	(2.743)
Máquinas e Equipamentos	(18.333)	(960)	-	(19.293)
Veículos	(9.049)	(1.223)	-	(10.272)
Móveis e Utensílios	(2.831)	(378)	-	(3.209)
Total do Imobilizado em Serviço - Depreciação	(32.798)	(2.719)	-	(35.518)
Imobilizado em Curso				
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3.122	120	(3.242)	-
Máquinas e Equipamentos	-	922	(901)	21
Veículos	-	1.392	(1.392)	-
Móveis e Utensílios	206	1.081	(1.081)	206
Material em Depósito	72.049	20.262	(35.691)	56.620
Compras em andamento	440	19.766	(20.206)	-
Total do Imobilizado em Curso	75.817	43.543	(62.513)	56.847
Total do ativo Imobilizado	98.350	47.441	(62.513)	83.278

14. Intangível

O ativo intangível da concessão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A Companhia adota a prática contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custo de Empréstimos, refletindo o requerimento de capitalização de custos de empréstimos atribuíveis à aquisição ou construção de ativo qualificável. O cálculo é definido pela aplicação da taxa média ponderada dos custos dos empréstimos, líquidos dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, sobre os gastos do ativo intangível em fase de formação. O valor capitalizado no exercício de 2014 foi de R\$ 380 (R\$ 518 em 30 de junho de 2013).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Composição do Intangível:

Descrição	Custo Histórico	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido 30.09.2014	Valor Líquido 31.12.2013
Intangíveis direito de uso da concessão				
Direito de uso da concessão	269.573	(231.842)	37.731	68.467
(-) Obrigações Especiais (*)	(5.064)	-	(5.064)	(15.887)
Em Serviço	264.509	(231.842)	32.667	52.580
Direito de uso da concessão	253.086	-	253.086	260.252
(-) Obrigações Especiais (*)	(211.117)	-	(211.117)	(165.891)
Em Curso	41.969	-	41.969	94.361
Total do direito de uso da concessão	306.478	(231.842)	74.636	146.941
Outros Intangíveis				
Em serviço	48.844	(45.287)	3.557	5.967
Em curso	15.829	-	15.829	3.595
Total outros Intangíveis	64.673	(45.287)	19.386	9.562
Total dos Intangíveis	371.151	(277.129)	94.022	156.503

(*) Obrigações vinculadas à concessão - São representadas pelos valores e/ou bens recebidos de consumidores, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a concessionária. Os valores dessas obrigações foram deduzidos do ativo intangível.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infra estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infra-estrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão. O valor contábil de cada bem da infra-estrutura da concessão que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável da concessão.

b. Movimentação do Intangível:

Descrição	Direito de uso da concessão		Outros Intangíveis		Total
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	
Ativo Intangível em 31.12.2012	81.911	89.273	6.034	2.851	180.069
Adições	9.390	195.701	2.905	3.820	211.816
Baixas *	(2.273)	(103.615)	-	(3.076)	(108.964)
Amortização	(35.513)	-	(2.972)	-	(38.485)
Obrigações Especiais	(935)	(86.998)	-	-	(87.933)
Ativo Intangível em 31.12.2013	52.580	94.361	5.967	3.595	156.503
Adições	2.631	90.857	-	12.234	105.722
Baixas	(29)	(98.024)	-	-	(98.053)
Amortização	(33.336)	-	(2.410)	-	(35.746)
Obrigações Especiais	10.822	(45.226)	-	-	(34.404)
Ativo Intangível em 30.09.2014	32.668	41.968	3.557	15.829	94.022

Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras.

15. Fornecedores

A Rubrica “fornecedores - Suprimento de Energia” é composta pelas obrigações com fornecedores relativos a contratos de cotas (Itaipu, Angra, Proinfa e Usinas com concessão renovada CCGF), contratos de comercialização em ambiente regulado - CCEAR (leilão), contratos bilaterais que a Companhia mantém com partes relacionadas (CEB Lajeado, Corumbá Concessões e Energética Corumbá III), e Energia de Curto Prazo:

Descrição	30.09.2014	31.12.2013
Encargos de uso da rede elétrica	10.108	5.754
Suprimento de energia elétrica	300.010	251.711
Materiais e serviços	79.982	93.994
Total	390.100	351.459
Circulante	388.962	346.908
Não Circulante	1.138	4.551

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O de materiais e serviços em 30 de setembro de 2014 contempla parcela de R\$ 20.049, cujo valor encontra-se em processo de conciliação com os respectivos documentos comprobatórios. Não é possível estimar quanto aos possíveis efeitos que possam advir quando da conclusão do referido processo de conciliação.

A rubrica Suprimento de energia em 2014 é composta, além da compra de energia normal, dos seguintes passivos:

1) Diferença de tarifa de Energia de Angra I e Angra II - ELETRONUCLEAR

Diferença de tarifa proveniente de alteração na regulamentação por parte da ANEEL, estabelecendo nova metodologia para cálculo da tarifa entre Furnas e Eletronuclear. A Lei 12.111 de 09 de dezembro de 2009 definiu que o diferencial entre essas tarifas seria rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005.

O valor do diferencial a que se refere o artigo 12º da Lei nº 12.111, apresentado por último pela Resolução nº 1.585 de 13 de agosto de 2013 que compete a esta Companhia é de R\$ 11.552. Deste montante, R\$ 3.572 foi pago em 2013, R\$ 3.618 de janeiro a setembro de 2014, sendo a parcela mensal no valor aproximado de R\$ 402, e ficando o restante dividido para pagamento em 2015.

2) Diferença de tarifa de Energia Adquirida de Corumbá Concessões

No período da construção da Usina de Corumbá Concessões ocorreram atrasos na entrada em operação comercial definida originalmente no contrato. Para cumprir o contrato, Corumbá buscou energia no mercado de Curto Prazo. O preço da energia adquirida no curto prazo estava inferior ao preço contratual. Diante disso, à época, a ANEEL foi consultada e manifestou-se que a Resolução Normativa - RN nº 165 de 19 de setembro de 2005 se aplicava ao caso em questão. Referiu-se, inclusive ao Art. 3º que previa o seguinte: “Qualquer que seja o custo incorrido pelo agente vendedor na celebração dos contratos de compra e venda de energia, só será considerado, para fins de repasse aos contratos de venda originais e conseqüentemente às tarifas dos consumidores finais, o menor valor entre, o valor da energia do contrato de compra; o Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, acrescido de 10% (dez por cento); ou o preço da energia no contrato de venda original”

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 17 de setembro de 2013, a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.168, contrariando o posicionamento constante do Ofício nº 326, resolve declarar que não são aplicáveis os termos da RN 165 ao Contrato de Compra e Venda de Energia celebrada entre Corumbá Concessões e esta Companhia, e que, portanto, o valor a ser aplicado no custo da compra da energia é o valor original do contrato. Aplicando o preço original e as regras de correção previstas no instrumento contratual, resulta para a CEB Distribuição uma obrigação no montante de R\$ 42.705.

Ainda de acordo com instrumento contratual, a dívida com Corumbá Concessões foi atualizada pelo IGP-M, resultando no montante de R\$ 1.040 de atualização monetária.

Este valor foi integralmente repassado como componente financeiro à tarifa do consumidor final da CEB D, conforme disposto na Resolução Homologatória nº 1.779, de 19 de agosto de 2014, que homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2014 da CEB DISTRIBUIÇÃO S/A, e fixa em seu artigo 10 o valor de R\$ 43.745 (quarenta e três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil), que deverá ser repassado à Corumbá Concessões S/A pela CEB-DIS, em 12 (doze) parcelas mensais iguais, a partir de outubro de 2014.

3) Passivo decorrente de energia de curto prazo

A apuração da receita de energia de curto prazo dos meses de janeiro a abril de 2014, contabilizou um valor adicional de R\$ 29.387, em função de ausências de leituras dos consumos de duas novas Linhas de interligação com Furnas para Samambaia Oeste e Ceilândia Norte, que já está regularizado junto à CCEE a partir da liquidação de maio de 2014. Esta receita apurada está registrada como Passivo decorrente de energia de curto prazo e deverá ser repostada pela CEB D, em reprocessamentos das contabilizações do mercado de curto prazo ao longo do ano de 2014 ou como sobrecontratação no processo de reajuste tarifário de julho de 2015.

Os valores de energia de curto prazo dos meses de abril a outubro de 2013, correspondente a R\$ 88 milhões, a Câmara Comercializadora de Energia - CCEE em reunião ocorrida no dia 21 de maio de 2014, decidiu, por unanimidade aprovar, de ofício, a recontabilização. No mês de julho foi realizada a primeira parcela de recontabilização que envolveram os meses de abril, junho e setembro de 2013, sendo então repostado pela CEB D o valor de R\$ 50.182.235,50, que foram abatidos do valor previsto de R\$ 88 milhões, restando ainda como previsão para os demais meses (maio, julho e agosto de 2013) ainda não recontabilizados o valor de R\$ 33 milhões.

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos

ENTIDADES	31.09.2014	31.12.2013	GARANTIAS	ENCARGOS
ELETROBRÁS	28.559	40.250	Cessão de Direitos Creditórios	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. de Adm. + variação da UFIR/IGP-M
Banco do Brasil S.A.(FCO I a IV)	71.776	84.841	Cessão de Direitos Creditórios	Juros de 10% a.a. atualizacão pela TJLP e Bonus de Adimplencia de 15%
Banco do Brasil S.A.(FINAME)	5.458	6.001	Cessão de Direitos Creditórios	Juros de 4,5% a.m.
Banco do Brasil S.A. (Capital de Gir	23.494	-	Cessão de Direitos Creditórios	CDI + juros de 1,7% a.a.
Caixa Econômica Federal	-	98.475	Cessão de Direitos Creditórios	CDI + juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal	-	31.781	Cessão de Direitos Creditórios	129% do CDI cetip (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal	126.923	31.781	Cessão de Direitos Creditórios	145% do CDI cetip (durante o período de utilização).
Total Geral	256.211	261.348		
Circulante	54.220	119.207		
Não Circulante	201.991	142.141		

a. Composição dos empréstimos por indexadores, com a respectiva amortização, é como segue:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019+	Total
Indexadores							
UFIR/RGR	3.907	15.330	8.481	348	174	319	28.559
CDI	-	3.210	11.409	25.668	25.668	60.968	126.923
TJLP	8.829	32.450	17.450	16.086	12.935	12.980	100.729
Total por indexador	12.736	50.989	37.340	42.102	38.777	74.267	256.211

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	261.348
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	174.443
Encargos Financeiros Pagos	(16.979)
Custo de Transação	(920)
Encargos Incorridos	19.704
Amortizações de principal	(181.385)
Saldo em 30 de setembro de 2014	256.211

A Companhia não possui cláusulas de covenants nos contratos de empréstimos.

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Tributos e contribuições sociais

Descrição	30.09.2014	31.12.2013
ICMS	147.361	100.944
ISS	1.675	983
IRPJ Diferido	35.546	35.546
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	3.216	2.068
COFINS	6.023	329
PIS	1.308	71
CSLL Diferida	12.796	12.796
INSS	3.319	4.020
Outros	907	1.330
Total	212.151	158.087
Circulante	163.809	109.745
Não circulante	48.342	48.342

Demonstramos abaixo a memória de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício de 30 de setembro de 2014:

Descrição	30.09.2014		30.09.2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	(155.384)	(155.384)	9.687	9.687
Ajuste RTT (a)	163	163	5.339	5.339
Adições(exclusões) permanentes	(2.901)	(2.901)	31.711	31.711
Adições(exclusões)temporárias	79.376	79.376	(2.702)	(2.702)
Total	(78.746)	(78.746)	44.035	44.035
(-)Compensação Prejuízo fiscal	-	-	-	-
Base de Cálculo	(78.746)	(78.746)	44.035	44.035
Alíquota aplicável (*)	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	10.931	3.963
Imposto de renda e contribuição social ajuste 2012	-	-	39	14
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	-
Total despesa de imposto de renda e contribuição social no período	-	-	10.970	3.977

(*) 15% e 10% adicional.

O Regime Tributário de Transição (RTT) é um procedimento exclusivamente fiscal utilizado para neutralizar os efeitos tributários decorrentes da convergência às normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.1. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

A Companhia não registrou os efeitos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias até que os planos de recuperação econômico-financeira da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável. Segue o demonstrativo dos créditos não ativados em 30 de setembro de 2014:

Diferenças Temporárias	IRPJ e CSLL sobre diferenças Temporárias não reconhecidos	
	30.09.2014	31.12.2013
Contingências Regulatórias	82.435	3.221
Contingências Cíveis	2.221	2.104
Contingências Trabalhistas	2.591	2.279
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados	0	623
Devedores Duvidosos	10.023	9.191
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	27.496	-
Perda Atuarial dos Planos de Benefícios Pos-Emprego	15.358	13.425
Outras provisões	3.951	3.438
Total	144.075	34.281

17.2. Conversão em Lei nº 12.973/2014 da Medida Provisória nº 627/13

Em 14 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627/13 que tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário de 2015 foi convertida na Lei 12.973/2014.

18. Contribuição de iluminação pública

A Contribuição de Iluminação Pública foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

- i. Despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública;
- ii. Despesas com administração, operações, manutenção, efficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e o saldo ainda não repassado é atualizado pelo INPC.

Os valores não repassados ao Governo do Distrito Federal apresentam a seguinte composição:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	121.144
CIP Arrecadada	114.324
CIP Faturada e Não Arrecadada	13.831
Atualização Monetária	5.192
Repasses ao GDF	(34.000)
Saldo em 30 de setembro de 2014	220.491

Do saldo de 30/09/2014, foi repassado em outubro de 2014 o valor de R\$ 42.600 milhões.

19. Provisões e encargos sobre folha de pagamento

Descrição	30.09.2014	31.12.2013
Provisão de Férias	9.815	10.870
Abono Assiduidade	6.268	6.758
Contribuições recolhíveis ao INSS	4.585	4.724
FGTS	1.355	1.138
Provisão de 13º Salário	5.815	-
Provisão Participação no Resultado *	-	1.903
Indenização Cláusula ACT	4.735	7.260
Outras provisões e encargos	491	-
Subtotal	33.064	32.653
Circulante	33.064	30.233
Não Circulante	-	2.420

A provisão com participação dos empregados e Administradores no resultado decorre de Acordo Coletivo específico com a entidade sindical.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**Em 30 de setembro de 2014****(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****20. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (EE)**

A Companhia, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante 1% sobre a receita da Companhia é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nºs 10.848 e 11.465, de 15 de março de 2004 e 28 de março de 2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008, e nº 316, de 13 de maio de 2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME:

Descrição	30.09.2014	31.12.2013
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	432	234
Ministério de Minas e Energia (MME)	216	117
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	19.886	16.590
Programa de Eficiência Energética (PEE)	<u>45.200</u>	<u>37.679</u>
Total	<u>65.734</u>	<u>54.620</u>
Circulante	32.979	24.595
Não Circulante	32.755	30.025

21. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, com base na opinião de seus procuradores jurídicos, vem constituindo provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Composição:

Provisões	30.09.2014	31.12.2013
Trabalhistas	7.691	6.775
Cíveis	7.019	6.674
Regulatórias	53.844	50.066
Subtotal	68.554	63.515
Circulante	5.193	4.756
Não circulante	63.361	58.759

b. Movimentação:

Descrição	Saldo em 31.12.2013	Constituição	Baixa/Reversão	Atualização	Saldo em 30.09.2014
Trabalhistas	6.775	842	(440)	514	7.691
Cíveis	6.674	20	(30)	355	7.019
Regulatórias	50.066	-	-	3.778	53.844
Total	63.515	862	(470)	4.647	68.554

c. Demandas trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicionais de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

d. Demandas cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, danos morais, além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. Demandas regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judiciais autuações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e referente à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB Distribuição S.A., consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

f. Contingências - Risco possível

A Companhia possui processos trabalhistas e cíveis nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. O valor quantificável no momento, em tais processos, é de R\$ 1.718 em 30 de setembro de 2014 (R\$ 2.122 em 31 de dezembro de 2013), substancialmente.

22. Outras obrigações

Outras Obrigações	30.09.2014	31.12.2013
Parcelamento Multa ANEEL	5.812	7.425
Consignações em Favor de Terceiros	3.468	4.848
Encargos Ex-isolados Lei 12.111/09	-	-
Cauções em Garantia	391	433
Retenção de quotas RGR	724	724
Adiantamento de Clientes	2.554	-
Outras obrigações	3.695	4.474
Total	16.644	17.904
Circulante	12.214	11.634
Não Circulante	4.430	6.270

23. Benefícios a empregados

a. Planos de benefícios

A Companhia é patrocinadora da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB Distribuição S.A. e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida

O passivo do benefício pós-emprego dos planos previdenciais foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciais, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

A Companhia, valendo-se da faculdade permitida pelo item 92 da norma CPC 33, decidiu, contabilmente e quando aplicável, reconhecer a parcela excedente a 10% (dez por cento) do “corredor” de forma progressiva, ao longo do tempo médio futuro de serviço dos seus empregados.

A CEB D mantém junto à FACEB dois planos previdenciais, sendo um constituído na modalidade de benefício definido (BD) e outro na modalidade de contribuição definida (CD).

Além disso, a empresa mantém para os seus empregados e familiares planos de saúde que são administrados pela FACEB, sendo que a CEB D tem responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas apenas no plano denominado CEB - Assistencial, uma vez que a sua participação no plano denominado CEB - Saúde está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas e, dessa forma, não existe passivo com benefícios pós-emprego.

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Plano de Saúde Assistencial é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB D.

O custeio do plano é feito mediante pagamento de co-participação pelos usuários, no momento em que utilizam o plano, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

Quanto aos planos previdenciais, o passivo com benefícios pós-emprego foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciais, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

Os montantes no passivo relativos aos planos de Previdência, Assistência e Demissão Voluntária são os seguintes:

Descrição	30.09.2014	31.12.2013
Plano de Previdência	56.396	74.359
Plano de Assistência	313.312	271.999
Programa de Demissão Voluntária	2.819	6.385
Total	372.527	352.743
Circulante	64.309	66.073
Não Circulante	308.218	286.670

Montantes no resultado relativos ao plano de Previdência e Assistência são os seguintes:

Descrição	30.09.2014	30.09.2013
Previdência	5.747	5.263
Assistência	23.037	23.538
Total	28.784	28.801

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.1. Planos previdencial e assistencial

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31.08.2014	31.05.2014	31.08.2014	31.05.2014
Valor presente das obrigações atuariais				
Valor presente da obrigação atuarial em 28/02/2014	(1.081.490)	(1.006.763)	(299.814)	(270.883)
Custo do serviço corrente	(2.983)	(2.838)	(822)	(763)
Custo de juros	(30.606)	(28.492)	(9.924)	(8.966)
Ganhos/(Perda) atuariais	(43.278)	(60.039)	(9.133)	(26.786)
Benefícios Pagos pelo plano	16.684	16.642	5.868	7.584
Valor presente da obrigação atuarial em 31/05/2014	(1.141.673)	(1.081.490)	(313.825)	(299.814)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31.08.2014	31.05.2014	31.08.2014	31.05.2014
Valor justo dos ativos do plano				
Valor justo dos ativos do plano em 28/02/2014	1.060.537	969.120		
Retorno esperado dos ativos do plano	30.013	27.426		
Ganhos/(Perda) atuariais	42.666	66.250		
Contribuições do empregador	9.230	11.704	5.868	7.584
Contribuições do participante do plano	2.647	2.679		
Benefícios Pagos pelo plano	(16.684)	(16.642)	(5.868)	(7.584)
Valor justo dos ativos do em 31/05/2014	1.128.409	1.060.537	-	-

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31.08.2014	31.05.2014	31.08.2014	31.05.2014
Valores reconhecidos no balanço patrimonial				
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	13.264	20.953	313.825	299.814
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos (item 92)		-		-
(Passivo)/Ativo líquido reconhecido no final do exercício	58.778	65.293	301.724	274.199
Movimentação do passivo(ativo) líquido reconhecido no balanço				
Passivo(ativo) reconhecido no início do exercício	(20.953)	(37.642)	(299.814)	(270.883)
Contribuições aportadas no plano	9.230	11.703	5.868	7.584
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	(612)	6.211	(9.133)	(26.786)
Despesas do exercício	(929)	(1.225)	(10.746)	(9.729)
(Passivo)/ATIVO reconhecido no final do exercício	(13.264)	(20.953)	(313.825)	(299.814)

Plano Previdenciário

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciários apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.141.673, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.128.409 resultou em um déficit de R\$ 13.264 sendo, portanto, inferior ao valor do passivo atuarial atualmente registrado, relativo ao Plano Previdenciário no montante de R\$ 58.778 relativo ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB. Observa-se que o montante contabilizado pela CEB Distribuição S.A é suficiente para a cobertura da provisão total de benefícios pós-emprego do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 1.145.129) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R\$ 1.993), exigível contingencial (R\$ 4.662) e fundos (R\$ 10.065), resultando no valor justo de R\$ 1.128.409, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas. Ressalta-se que o saldo do contrato de dívida junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.

Plano Assistencial

A avaliação atuarial do plano Assistencial, posicionada em 31 de agosto de 2014, revelou que a obrigação atuarial deste plano é de R\$ 313.825. Considerando-se que este plano não possui valor justo de ativos, então a obrigação atuarial calculada 31 de agosto de 2014 se encontra sem lastro de ativos financeiros. A composição deste passivo se dá da seguinte forma: a) passivo de curto prazo dos ativos: R\$ 10.660; b) passivo de longo prazo dos ativos: R\$ 65.614; c) passivo de curto prazo dos assistidos: R\$ 18.291; e d) passivo de longo prazo dos assistidos: R\$ 219.260.

O passivo líquido contabilizado em 31 de agosto de 2014 era de R\$ 301.724 e, computadas as variações ocorridas em 2014, conforme demonstradas nos quadros anteriores têm-se um passivo líquido em 31 de agosto de 2014 de R\$ 313.825 sendo este o valor da provisão de benefícios pós-emprego para o Plano Assistencial.

Considerando que a provisão atualmente contabilizada é inferior ao montante aqui informado, há necessidade de aumento dessa provisão em R\$ 12.101.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quadro demonstrativo da despesa total reconhecida na demonstração de resultados

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31.08.2014	31.05.2014	31.08.2014	31.05.2014
Valores reconhecidos na DRE				
Custo do serviço corrente	2.983	2.839	(822)	(763)
Contribuições dos participantes	2.647	2.679	-	-
Custo de juros	(30.606)	(28.491)	(9.924)	(8.966)
Retorno esperado dos ativos do plano	30.013	27.426		
Amortização de ganhos/(perdas) atuariais			-	-
Total da (despesas)/receita reconhecida	(929)	(1.225)	(10.745)	(9.729)
Total da (despesa)/receita no exercício	(929)	(1.225)	(10.745)	(9.729)

Segue abaixo a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa, como demonstrado a seguir:

Composição dos ativos	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31.08.2014	31.05.2014	31.08.2014	31.05.2014
Disponível	0,18%	0,08%		
Renda Fixa	87,22%	86,63%	N/A	N/A
Renda Variável	1,47%	3,17%	N/A	N/A
Investimentos estruturados	7,51%	6,31%	N/A	N/A
Investimentos Imobiliários	1,05%	1,12%	N/A	N/A
Empréstimos com Participantes	2,57%	2,69%	N/A	N/A
Total percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%	N/A	N/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.2. Premissas atuariais

Premissas atuariais adotadas	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31.08.2014	31.05.2014	31.08.2014	31.05.2014
Financeira				
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	5,65%	6,01%	5,65%	6,01%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do plano	11,80%	11,80%	0,00%	0,00%
Taxa anual de inflação	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa de crescimento nominal anual dos custos de saúde	0,00%	0,00%	7,00%	7,00%
Demográficas				
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de assistidos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas	
Tábua de morbidez	Não Usada		Não Usada	
Idade de aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.		Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.	
Composição familiar para cálculo de pensão e reversão				
	90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem Família informada no cadastro			
Ativos				
Assistidos				
	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31.08.2014	31.05.2014	31.08.2014	31.05.2014
Comparativo evidenciando retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano				
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,80%	11,80%	N/A	N/A
Retorno real anual dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Contrato de dívida atuarial

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 30 de setembro de 2014:

Descrição	Total	Circulante	Não circulante
Passivo contratual em 01.01.2013	91.672	28.889	62.783
Amortização	(29.088)	(29.088)	-
Atualização	9.911	3.336	6.575
Transferências para o circulante	-	29.008	(29.008)
Passivo contratual em 31.12.2013	72.495	32.145	40.350
Amortização no período	(23.288)	(23.288)	-
Atualização no período	6.340	2.920	3.420
Transferências para o circulante	-	19.591	(19.591)
Passivo em 30.09.2014	55.547	31.368	24.179

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do passivo está assim contabilizada:

Descrição	30.09.2014	31.12.2013
Contribuições para o plano	849	1.708
Contrato de dívida	55.547	72.495
Total	56.396	74.203
Circulante	32.204	33.853
Não circulante	24.192	40.350

Para cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado as contribuições a pagar, dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit (vide letra a.2) pactuado entre a Companhia e a FACEB. Assim, o resultado da avaliação atuarial de 31 de agosto de 2014 e 31 de dezembro de 2013 revelou a necessidade de constituição adicional de provisão.

c. Programa de desligamento voluntário

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

Descrição	Total	Circulante	Não circulante
Passivo em 31.12.2013	6.385	4.569	1.816
Amortização no trimestre	(3.301)	(3.301)	-
Atualização no trimestre	(265)	-	(265)
Transferências para o circulante	-	1.398	(1.398)
Passivo em 30.09.2014	2.819	2.666	153

24. Superávit de baixa renda

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 580.532 dividido em 580.532.450 (quinhentos e oitenta milhões, quinhentos e trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da Companhia Energética de Brasília - CEB.

Como resultado da segregação das atividades em 12 de janeiro de 2006 (“desverticalização”), foi firmado o instrumento particular “Compromisso de Subscrição de Ações”, entre a Companhia Energética de Brasília - CEB e a CEB Distribuição S.A. com a participação da CEB Lajeado S.A. e do Governo do Distrito Federal, na qualidade de Intervenientes Anuentes, estabelecendo a realização, pela primeira, de aporte de capital na CEB Distribuição S.A., para compensar a manutenção de dívidas indiretamente vinculadas à holding no valor histórico de R\$ 142.700, conforme Resolução Autorizativa de nº 3.254, de 13 de dezembro de 2011 em que se redefiniu o cronograma de aporte.

Em cumprimento ao parágrafo anterior, a Companhia Energética de Brasília (holding), efetivou a integralização de todas as parcelas de ações subscritas relativas a 2011 e 2012 com valor de R\$ 230.000. O valor relativo ao Compromisso de Subscrição de Ações foi cumprido na sua totalidade.

b. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A política de distribuição de JCP e dividendos da Companhia está de acordo com o estatuto e com o que determinam os parágrafos a seguir: § 2º “A Diretoria da CEB Distribuição poderá, em obediência à deliberação tomada pelo acionista único, determinar o levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores e, observando as limitações legais, declarar dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços” e § 3º “A CEB D, por deliberação do acionista único, poderá pagar os dividendos a título de juros sobre o capital próprio”. A Companhia no 3º trimestre de 2014 e de 2013 apurou respectivamente um prejuízo de R\$ 155.384 e R\$ 5.261, sendo que considerando o saldo de prejuízos acumulados, não houve destinação de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

O cálculo do resultado por ação básico é efetuado através do resultado do exercício atribuído aos detentores das ações ordinárias da Companhia, conforme demonstramos a seguir:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Lucro/(prejuízo) do período	(155.384)	(145.269)
Número médio ponderado de ações ordinárias	580.532	580.532
Resultado por ação	<u>(0,2677)</u>	<u>(0,2502)</u>

A Companhia, não emitiu nenhum instrumento conversível em ação. Assim, não está sendo apresentado o lucro/prejuízo diluído por ação.

26. Transações com partes relacionadas

Controladora e parte controladora final

A Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília (CEB). O controlador final é o Governo do Distrito Federal (GDF).

Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/ conselheiros ou familiares imediatos.

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos a seguir o resumo da remuneração dos diretores/conselheiros:

Descrição	30.09.2014	30.09.2013
Remuneração Administradores		
Remuneração	1.501	1.557
Encargos	333	299
Total	1.834	1.856

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

Outras transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição		30.09.2014	31.12.2013
Ativos da CEB Distribuição		126.363	108.783
Créditos a receber da Controladora Companhia Energética de Brasília-CEB	a)	837	814
Créditos a receber da empresa CEB Geração S.A.	a)	177	198
Créditos a receber da empresa CEB Participação S.A.	a)	112	87
Créditos a receber da empresa CEB Lajeado S.A.	a)	43	66
Créditos a receber da Secretaria de Fazenda do DF	a)	35	-
Créditos a receber da Secretaria Geral do DF	a)	13	-
Créditos a receber da Terracap	a)	317	290
Créditos a receber da Secretaria de Planejamento do DF	a)	17	19
Créditos a receber da Defensoria Pública do DF	a)	5	9
Créditos a receber do DFTRANS	a)	15	19
Crédito a receber da Adm. Reginal do Riacho Fundo I	a)	3	3
Créditos a receber da Secretaria de Estado do Governo	a)	82	41
Créditos a receber da Câmara Legislativa do DF	a)	157	161
Contas a receber de energia elétrica (fornecimento e serviço) - GDF	b)	124.233	106.762
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CEB Geração S/A	f)	66	66
Encargos de Uso da Rede Elétrica - Corumbá Concessões S/A	f)	198	196
Encargos de Uso da Rede Elétrica - Energética Corumbá III	f)	53	52
Passivo da CEB Distribuição		299.145	193.077
Fornecedor Suprimento - CEB Lajeado S.A.	c)	59.404	10.835
Fornecedor Suprimento - Corumbá Concessões S.A.	c)	4.230	53.567
Fornecedor Suprimento - Energética Corumbá III	c)	15.020	3.160
Contribuição Iluminação Pública - GDF	e)	220.491	121.144
Dividendos GDF	g)	-	4.371
		30.09.2014	30.09.2013
Resultado da CEB Distribuição		(8.011)	(5.510)
Energia comprada para revenda da CEB Lajeado S.A.	c)	(103.982)	(89.041)
Energia comprada para revenda da Corumbá Concessões S.A.	c)	(27.058)	(96.365)
Energia comprada para revenda da Energética Corumbá III	c)	(93.915)	(25.853)
Receita de fornecimento de energia e serviços (GDF)	b)	214.186	231.762
Receita pela Disponibilidade da Rede - CEB Geração S/A	f)	583	576
Receita pela Disponibilidade da Rede - Corumbá Concessões S/A	f)	1.732	1.866
Receita pela Disponibilidade da Rede - Energética Corumbá III S/A	f)	439	498
Receita de locação à controladora	d)	4	33
Baixa de créditos de contas a receber do GDF	h)	-	(28.986)

- (a) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a outras empresas do Grupo CEB e também a órgãos do Governo do Distrito Federal. As empresas e os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos à CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b)** Fornecimento de energia elétrica ao GDF, onde é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público. Em 2011 a CEB D firmou contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB no montante de R\$ 20.478 (vinte milhões, quatrocentos e setenta e oito mil) para pagamento em 48 parcelas fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês;
- (c)** Contratos bilaterais de Suprimento de Energia com empresas do grupo, com prazos de vigência até 07/07/2015. As tarifas são homologadas e revisadas pelo órgão regulador para cada empresa/contrato;
- (d)** Contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília - CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M, com vencimento previsto para 17 de fevereiro de 2014. O referido contrato foi rescindido em janeiro de 2014;
- (e)** A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar n° 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A arrecadação da CIP é efetuada pela CEB D na fatura de consumo de energia elétrica dos consumidores;
- (f)** As empresas CEB Geração S/A, Corumbá Concessões S/A e Energética Corumbá III são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da Companhia e pagam pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador;
- (g)** Dividendos oriundos da desverticalização ocorrida em 2006, onde a obrigação do repasse no laudo da desverticalização ficou para a CEB D.

1. Acordo de Cooperação Técnica

Em outubro de 2012 a Diretoria da CEB D, por meio da Resolução nº 378 autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal (SEPLAN), órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal (GDF), a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o Data Center da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB D para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos para ambos, apenas troca de benefícios.

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados

a. Receita operacional líquida

Descrição	Consumidores *		MWh *		Períodos de 3 meses findos em:	
	30.09.2014	30.09.2013	01.07.2014 a 30.09.2014	01.07.2013 a 30.09.2013	01.07.2014 a 30.09.2014	01.07.2013 a 30.09.2013
	Consumidores					
Residencial	847.919	816.015	569.300	544.479	189.005	166.817
Industrial	1.689	1.709	55.022	63.599	19.233	19.600
Comercial	106.258	104.180	498.595	483.141	162.430	146.186
Rural	10.053	9.919	44.031	48.453	9.406	9.253
Poder Público	6.049	5.502	147.506	159.795	53.363	53.353
Iluminação Pública	19	19	105.168	101.046	19.226	16.350
Serviço Público	314	284	92.121	109.019	21.669	21.791
(=)Fornecimento faturado (**)	972.301	937.628	1.511.743	1.509.532	474.332	433.350
Consumo Próprio	50	46	425	465	-	-
Fornecimento Não Faturado Líquido		-		-	9.272	7.209
Encargo de Capacidade Emergencial					-	3
Ressarcimentos de recursos CDE					9.730	7.544
(=)Fornecimento de Energia Elétrica	972.351	937.674	1.512.168	1.509.997	493.334	448.106
Energia elétrica de curto prazo					84.324	57.547
Disponibilização do Sistema de Distribuição					4.445	3.909
Receita de construção					28.829	45.495
Receita da prestação de serviços					562	2.033
Arrendamentos e Aluguéis					6.082	6.427
Outras receitas e rendas					465	797
Total da receita operacional					618.041	564.314
Deduções da Receita						
Impostos					(95.618)	(87.413)
ICMS					(95.176)	(87.052)
ISS					(442)	(361)
Contribuições					(55.876)	(52.561)
PIS/PASEP					(9.967)	(9.376)
COFINS					(45.909)	(43.185)
Encargos do Consumidor					(11.475)	(7.489)
Encargo de Capacidade Emergencial					-	(3)
Reserva Global de Reversão - RGR					-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE					(1.649)	(1.477)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(8.177)	(4.475)
Conta de Consumo de Combustível - CCC					-	(1)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(1.649)	(1.534)
Outros Encargos					-	1
					(162.969)	(147.463)
Receita Operacional Líquida					455.072	416.851

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Consumidores *		MWh *		Períodos de 9 meses findos em:	
	30.09.2014	30.09.2013	01.01.2014 a 30.09.2014	01.01.2013 a 30.09.2013	01.01.2014 a 30.09.2014	01.01.2013 a 30.09.2013
	Consumidores					
Residencial	847.919	816.015	1.711.275	1.618.911	550.859	516.466
Industrial	1.689	1.709	176.255	184.693	58.188	59.324
Comercial	106.258	104.180	1.515.134	1.466.121	479.899	458.355
Rural	10.053	9.919	113.451	113.568	23.895	22.877
Poder Público	6.049	5.502	466.599	467.235	162.061	154.373
Iluminação Pública	19	19	311.672	300.838	53.872	49.369
Serviço Público	314	284	265.979	269.567	58.811	57.132
(=)Fornecimento faturado (**)	972.301	937.628	4.560.365	4.420.933	1.387.585	1.317.896
Consumo Próprio	50	46	1401	1415	-	-
Fornecimento Não Faturado Líquido		-		-	(6.491)	(16.908)
Encargo de Capacidade Emergencial					2	6
Aportes Recursos CDE					27.023	15.609
(=)Fornecimento de Energia Elétrica	972.351	937.674	4.561.766	4.422.348	1.408.119	1.316.603
Energia elétrica de curto prazo					211.622	151.844
Disponibilização do Sistema de Distribuição					12.783	13.737
Receita de construção					102.100	148.922
Receita da prestação de serviços					1.527	3.057
Arrendamentos e Aluguéis					18.114	17.549
Outras receitas e rendas					1.028	2.302
Total da receita operacional					1.755.293	1.654.014
Deduções da Receita						
Impostos					(280.555)	(265.395)
ICMS					(279.492)	(264.462)
ISS					(1.063)	(933)
Contribuições					(156.405)	(144.411)
PIS/PASEP					(27.899)	(25.760)
COFINS					(128.506)	(118.651)
Encargos do Consumidor					(33.245)	(26.625)
Encargo de Capacidade Emergencial					(2)	(6)
Reserva Global de Reversão - RGR					-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE					(5.589)	(4.628)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(22.065)	(13.427)
Conta de Consumo de Combustível - CCC					-	(3.867)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(5.589)	(4.697)
Outros Encargos					-	-
					(470.205)	(436.431)
Receita Operacional Líquida					1.285.088	1.217.583

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (*) Essas informações não fazem parte do escopo de auditoria dos auditores independentes;
- (**) Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são remunerados pelo WACC regulatório (custo médio ponderado de capital) e essa remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor. Em 30 de setembro de 2014, o valor corresponde a R\$ 59.836 (R\$ 47.748 em 30/09/2013)

b. Custo do Serviço com energia elétrica

	Período de 3 meses		Período de 9 meses	
	01.07.14 a 30.09.14	01.07.13 a 30.09.13	01.01.14 a 30.09.14	01.01.13 a 30.09.13
Custo com Energia Elétrica				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(311.674)	(219.949)	(863.169)	(721.787)
Energia Elétrica Comprada p/ revenda Curto Prazo	(32.688)	(17.900)	(155.943)	(64.465)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(25.057)	(19.060)	(58.519)	(78.380)
Aportes de Recursos da CDE (b.1)	14.315	97.815	40.518	146.489
Subtotal	(355.104)	(159.094)	(1.037.113)	(718.143)
Custo de Operação				
Pessoal e Administradores	(16.688)	(17.729)	(54.775)	(54.028)
Entidade de Previdência Privada	(637)	(645)	(2.161)	(1.947)
Material	(791)	(1.139)	(2.135)	(2.246)
Custo de Construção	(28.829)	(45.495)	(102.100)	(148.922)
Serviço de Terceiros	(9.881)	(9.101)	(32.266)	(23.473)
Depreciação e Amortização	(10.164)	(9.586)	(32.237)	(29.542)
Taxa de Fiscalização Serv. EE	(537)	(631)	(1.611)	(2.272)
Outros Custos	(758)	(381)	(1.638)	(1.204)
Subtotal	(68.285)	(84.707)	(228.923)	(263.634)
Total	(423.389)	(243.801)	(1.266.036)	(981.777)

b.1. Repasse de Recursos da CONTA-ACR (CCEE)

Valor relativo ao repasse de recursos através da Câmara Comercializadora de Energia Elétrica - CCEE referente aos meses de fevereiro a setembro de 2014. Tais valores foram contabilizados como redução do custo de energia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Despesas operacionais

c.1. Despesas com Vendas

Descrição	Período de 3 meses		Período de 9 meses	
	01.07.14 a	01.07.13 a	01.01.14 a	01.01.13 a
	30.09.14	30.09.13	30.09.14	30.09.13
Pessoal	(4.652)	(2.835)	(14.263)	(9.047)
Material	(10)	(48)	(66)	(81)
Serviço de Terceiros	(10.505)	(11.882)	(29.299)	(34.655)
Perdas - controlador (*)	-	-	-	(28.986)
Propaganda e Publicidade	(181)	-	(666)	-
Provisão(Reversão) Devedores Duvidos	(4.549)	(3.643)	(17.711)	(11.662)
Outras Despesas com Vendas	(459)	(537)	(1.602)	(1.626)
Total	(20.356)	(18.945)	(63.607)	(86.057)

c.2. Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	Período de 3 meses		Período de 9 meses	
	01.07.14 a	01.07.13 a	01.01.14 a	01.01.13 a
	30.09.14	30.09.13	30.09.14	30.09.13
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal e Administradores	(17.385)	(23.104)	(58.151)	(63.372)
Entidade de Previdência Privada	(1.085)	(1.098)	(3.680)	(3.315)
Material	(602)	(484)	(1.409)	(1.265)
Serviço de Terceiros	(6.853)	(8.448)	(22.504)	(24.926)
Depreciação e Amortização	(758)	(710)	(2.136)	(1.757)
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(2.545)	(2.204)	(9.661)	(7.878)
Total	(29.228)	(36.048)	(97.541)	(102.513)

c.3. Outras receitas/(despesas)operacionais

Descrição	Período de 3 meses		Período de 9 meses	
	01.07.14 a	01.07.13 a	01.01.14 a	01.01.13 a
	30.09.14	30.09.13	30.09.14	30.09.13
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais				
Outras Receitas	28.461	9.169	67.976	44.529
Reversões contingências Cíveis e Trabalhistas	542	393	542	2.165
Reversões Benefício Pós - Emprego	8.092	7.781	23.019	23.098
Ganho na Alienação de Bens (Terreno e Leilão)	1.766	-	1.766	-
Outras reversões (*)	-	(2.146)	1.903	4.296
Recuperação de perdas	4.969	2.716	10.138	7.850
Ressarcimentos CCEARs	13.092	425	26.236	7.120
Baixa de Dividendos 2001	-	-	4.372	-
Outras Despesas	(10.844)	(23.403)	(47.693)	(57.086)
Provisões contingências Cíveis e Trabalhistas	(478)	(1.142)	(1.802)	(3.702)
Provisões contingências regulatórias	(1.374)	(11.330)	(3.779)	(12.467)
Provisão Benefício Pós - Emprego	(8.545)	(9.548)	(28.706)	(28.645)
Outras Provisões	1.048	2.030	(1.813)	-
Multa Aneel	-	-	(27)	-
Compensação a consumidores	(1.495)	(3.413)	(11.566)	(12.272)
Total	17.617	(14.234)	20.283	(12.557)

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c.4. Resultado Financeiro

Descrição	Período de 3 meses		Período de 9 meses	
	01.07.14 a 30.09.14	01.07.13 a 30.09.13	01.01.14 a 30.09.14	01.01.13 a 30.09.13
Receitas (Despesas) Financeiras				
Receita Financeira				
Acréscimo Moratório em Conta de Energia	2.225	1.816	7.279	8.072
Atualizações Monetárias	3.247	1.066	6.057	3.467
Multas e penalidades aplicadas	67	625	1.455	1.291
Rendimentos de Aplicações Financeiras	41	136	302	278
Outras Receitas Financeiras	2.501	1.561	5.614	4.935
Subtotal	8.081	5.204	20.707	18.043
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	(8.383)	(7.261)	(19.089)	(18.424)
Variação Cambial sobre Faturas de Energia	(1.470)	(559)	(2.059)	(1.666)
Atualizações Monetárias	(7.228)	(4.695)	(24.918)	(14.670)
Atualização Benefício Pós Empregos	(878)	(1.192)	(2.899)	(3.785)
Outras Despesas Financeiras	(689)	(358)	(3.511)	(661)
Subtotal	(18.648)	(14.065)	(52.476)	(39.206)
Total	(10.567)	(8.861)	(31.769)	(21.163)

Rubem Fonseca Filho
Diretor Geral

Caubi Pereira de Santana
Diretor de Gestão

Antonio Soares da Costa
Diretor de Comercialização

Mauro Martinelli Pereira
Diretor de Engenharia

Manoel Clementino Barros Neto
Diretor de Operação

Eli Soares Jucá
Diretora Econômico-Financeiro

Tatiana Lopes Nonato Trindade
Superintendente Contábil
Contadora CRC/DF nº 021590/O-6

Danielle Couto de Paiva
Contadora CRC/DF nº 021482/O-9